

## O LUGAR DOS MARCADORES DE RAÇA, SEXUALIDADE E GÊNERO NA FORMAÇÃO DE PEDAGOGAS(OS)

Rafaela Souza do Carmo e Cláudia Pons Cardoso

**RESUMO:** A presente comunicação tem por objetivo discutir Raça, Sexualidade, Gênero e a importância do estudo desses temas na formação docente, em especial de pedagogas (os), pois a escola tem papel na difusão desse debate. Educadoras e educadores necessitam de formação que contemple estas temáticas para construirmos ambiente escolar seguro e superarmos as discriminações e desigualdades, de modo a garantir o debate em sala de aula, evitando, desse modo, o silenciamento e omissão, e práticas sexistas, racistas e lgbtfóbicas e promovendo uma educação comprometida com a transformação social e inclusão. O estudo de abordagem qualitativa constrói seu percurso metodológico a partir dos estudos autobiográficos, por compreendê-los como possibilidade de o sujeito expor a si, produzindo significado e sentido sobre si e sua existência. Assim, este texto reflete a trajetória escolar da pesquisadora, utilizando a escre(vivência), categoria cunhada por Conceição Evaristo (2005), como concepção teórico-metodológica. Os resultados apontam para lacunas no que se refere ao debate de Raça, Gênero e Sexualidade na formação docente, proporcionando a percepção da importância de investimento em uma educação que contemple a diversidade, pois as ausências dos conteúdos supracitados causam um impacto negativo na formação inicial das(os) professoras(es), que conseqüentemente compromete a educação ofertada para as crianças e jovens, posto que o debate sobre sexualidade e respeito às diferenças foi negligenciado.

**Palavras-chave:** Raça. Sexualidade. Gênero. Formação Docente. Escre(vivência).

## **INTRODUÇÃO**

A formação de professores é uma questão política que não se limita apenas aos aspectos técnicos ou institucionais de concepção de uma formação para a profissão, seu escopo é mais amplo, demanda aprender a construir uma prática posicionada, responsável com a realidade social e ética. Nesse movimento, coloco-me em cena por reconhecer-me sujeita pertencente a este processo formativo. Para isso, investigo os meus saberes e faço uso das minhas experiências escolares para produzir este artigo, resultado de pesquisa desenvolvida em trabalho de conclusão do curso de Pedagogia.

Discuto, neste artigo, a importância do debate sobre gênero, raça e sexualidade na formação de professores, pois as lacunas presentes no processo formativo inicial do curso de Pedagogia se refletem diretamente na realidade da vivência escolar que acaba por discriminar, marginalizar e silenciar pessoas com sexualidades dissidentes na sala de aula do Ensino Fundamental I, principal campo de atuação de pedagogas, visando produzir reflexões que contribuam para promoção de uma educação comprometida com a transformação social e inclusiva.

Direciono o artigo evidenciando aspectos pessoais que transitam do físico ao social de modo que tomo como ponto de partida, eu, mulher negra, lésbica e periférica abordando como marcadores dificultaram minhas relações interpessoais na escola, que apesar de ser espaço de conhecimento também é produtor de preconceitos.

Faço um diálogo com minhas experiências, ou seja, a invisibilização de minha sexualidade negra pela escola e este movimento promove a metodologia autobiográfica pautada no conceito de escre(vivência) de Conceição Evaristo (2005). Através de minhas memórias vividas no âmbito escolar, evidencio as relações estabelecidas e, nesse movimento, reforço a valorização das fontes autobiográficas, rompendo o silenciamento anteriormente imposto às mulheres negras, em especial lésbicas. Assim, o estudo articula a área da educação e minha trajetória escolar como campo de reflexão.

### **NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE<sup>1</sup>: o debate de raça**

---

<sup>1</sup> Título Baseado no livro da autora CARNEIRO, Fernanda. Nossos passos vêm de longe... In: WERNECK, J. MENDONÇA, M. WHITE, E. O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe". Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2006.

A sociedade brasileira é composta por uma diversidade de matrizes étnico- raciais, historicamente é marcada por relações tensas, posto que sempre valorizou características físicas e culturais da população branca, e tudo a ela relacionado se apresenta como superior e hegemônico, para isso promoveu-se a desvalorização da cultura e características físicas de outros grupos racialmente discriminados, estrutura- se com isso ao longo da história, então, hierarquias étnico/raciais e culturais.

No embate principal está a relação social entre negras(os) e brancas(os) de modo que a construção da identidade dos sujeitos negros acontece à sombra da população branca, apresentada como modelo social ideal, e o povo negro desde o início de suas vidas apreendem a negar suas origens para serem socialmente aceitos. A autora Nilma Lino Gomes (2005) salienta o fato de que a raça atua na forma de tratamento sociocultural entre negras(os) e brancas(os) de modo que as particularidades e as características físicas são utilizadas como elementos para identificar quem é negro ou branco no Brasil.

Devido à forma que o termo raça opera em nossa sociedade ele é associado à identificação de pessoas negras por ser o mais próximo de dimensionar a discriminação que afeta a população negra e pela forma que concebemos a imagem de ser negro no Brasil, é necessário romper com a ideia de raça superior ou inferior, pois na realidade isto se refere à interpretação sociopolítica que modela o nosso olhar.

As questões de racismo no Brasil se originam desde o período colonial com o processo de escravização da população negra, situação que favoreceu a estruturação do racismo no Brasil, Gomes afirma que:

O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por outro meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo do cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira. (2005, p. 52)

Diante desta afirmação fica evidente que os indivíduos não nascem racistas, mas tornam-se através de como se dão as relações sociais. Gomes segue salientando a importância de inserir o debate sobre questões raciais no espaço escolar, nas universidades. Ela acredita que através da educação podemos mudar positivamente esta realidade, pois considera estes

ambientes propícios para desmistificar o racismo e as desigualdades sociais geradas por ele.

Aos três anos de idade iniciei na pré-escola, minha mãe saía cedo para o trabalho e eu ficava em casa na companhia de minha vó e de uma prima adolescente, que cuidava de mim. Estudava em uma escola particular de pequeno porte, muito comum em bairros periféricos, mas que pouco se diferenciam das públicas. Lembro bem das minhas experiências de casa, pois sou filha única e minha mãe passava a maior parte do dia fora de casa. Houve um esforço realizado por minha família para me proporcionar uma educação de melhor qualidade, mesmo diante de uma situação financeira não tão favorável, mas minha mãe, vó e tia se uniram para custear o investimento na minha educação, acredito que para além das questões afetivas foram motivadas pelo desejo de me preparar para as dificuldades que enfrentaria ao longo da vida devido ao fato de carregar comigo marcadores de Raça e Classe que me posicionam racialmente e socialmente em lugar de subalternidade na sociedade. Deixo aqui registrado o meu agradecimento a essas mulheres de fibra que são minha inspiração.

É necessário atentar-se ainda para indução do modelo profissional onde se propõe que a professora use como manual de trabalho as metodologias abordadas pelo livro didático que por sua vez manipulam quais conteúdos devem fazer parte do currículo, excluindo assim histórias que julgam não contribuintes, a exemplo a participação dos negros na construção da história do Brasil.

Segundo Eliane Cavalleiro (2001), sempre existiu uma ausência de reflexão sobre as relações raciais no planejamento escolar, esse silêncio sobre o racismo, o preconceito e a discriminação nas diversas instituições educacionais faz com que o racismo, que é institucional, aumente a ideologia de hierarquização perpetua. Acontece que muitas(os) professoras(es) não sabem lidar com situações que tenham o conflito do racismo por falta de preparo e conhecimento sobre o assunto. No entanto, a Lei 10.639, sancionada em 9 de janeiro de 2003, pelo, então, Presidente Luís Inácio Lula da Silva, tornou obrigatório, nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, públicas e particulares, o ensino sobre História e Cultura Afro- Brasileiras, contemplando o estudo da História da África e das(os) Africanas(os), a luta das(os) negras(os) no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, valorizando a participação do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. O esperado é que, com isso, muitas(os) educadoras(es) aprendam a corrigir efetivamente as distorções existentes no nosso ensino e

a compreender o processo de discriminação racial nas escolas, mais do que isso, que seja um dos instrumentos que possa auxiliar as(os) educadoras(es) brasileiras(os) a se engajar na luta antirracista.

Uma educação antirracista não só proporciona o bem-estar do ser humano, em geral, como também promove a construção saudável da cidadania e da democracia. É claro que não existe uma receita ou instrução de como acabar de vez com o racismo, porém se adotamos algumas ações para serem realizadas no âmbito escolar teremos resultados mais satisfatórios.

Minha caminhada no espaço escolar no Ensino Fundamental tem a marca de professoras que variavam entre mulheres negras e não negras. A turma em geral era composta por aproximadamente vinte e cinco estudantes sendo que deste quantitativo poucas crianças eram negras, a maioria das crianças eram brancas ou mestiças. Lembro-me que a primeira criança que fiz amizade era uma menina também negra, acreditava que apenas o fato de sermos da mesma turma e compartilharmos do mesmo transporte escolar teria motivado a nossa aproximação, mas na verdade havia entre nós um processo de identificação, pois tínhamos características muito semelhantes, visto que a gente encontrava uma na outra referência do ser criança negra.

O nosso cabelo era um fator de marginalização, que por ser crespo e volumoso vivia trançado, estratégia utilizada na tentativa de “domar os fios”, o penteado mais usado é conhecido como rabo de cavalo o qual se prende o cabelo direcionando o volume para a parte de trás da cabeça e já com o excesso retido faziam-se tranças com o intuito de transmitir uma imagem de criança arrumada, assim passei toda a minha infância. Certa vez em uma apresentação teatral a professora mudou a minha personagem com a justificativa de que não tinha o perfil adequado, pois segundo ela meu cabelo não cacheava, este foi um acontecimento que me marcou de maneira muito negativa e acabei nem comparecendo a aula no dia da apresentação.

Atualmente o Fórum Estadual sobre Ensino da História das Civilizações Africanas na Escola Pública (1991) propõe algumas estratégias pedagógicas que as(os) educadoras(es) possam adotar para tornar o espaço escolar mais representativo para as crianças negras. Ele propõe que as(os) professoras(es) decorem o espaço escolar com imagens positivas de crianças negras e famílias com suas respectivas diferenças; incluam no material didático história e mitos da cultura africana, promovam projetos que abrangem histórias da cultura afro em seu repertório valorizando as expressões africanas, trabalhando de maneira positiva

as diferenças linguísticas, atitudes que são fundamentais para que as crianças e adolescentes sintam-se representadas e se vejam no lugar de protagonistas.

É extremamente importante uma intervenção efetiva do ser professora em qualquer manifestação de atitude racista para evitar situações como a que vivenciei, infelizmente minha experiência de realidade de sala de aula não trouxe abordagens de representatividade e a própria professora acabou tendo uma atitude racista. A pesquisa da autora Cavalleiro (2001) aponta que mesmo com as mudanças sociais do século XX, o sistema educacional brasileiro continua repleto de práticas racistas e discriminatórias, resultando em um desenvolvimento emocional e cognitivo prejudicado por parte das crianças, sobretudo as negras.

A reprodução dessa desvalorização direcionando um tratamento diferenciado a crianças e adolescentes negros dificulta o acesso bem como a permeância dos mesmos no espaço escolar, pois permite que cresça o sentimento de inadequação ao sistema escolar em virtude de uma suposta inferioridade racial.

Deste modo, salienta-se a importância de formar professoras(es) para exercer o pensamento crítico, transformando seus instrumentos de trabalho em elementos geradores de consciência sendo necessário um olhar especial para a formação das educadoras(es). Elas(es) são a principal porta de compartilhamento do conhecimento, mas, atentando-se para a adoção de uma prática pedagógica a qual a perspectiva de trabalho tem características referente ao tempo e ao contexto da época, de modo que o ambiente e os resultados serão muitos mais proveitosos.

Corroboro com Gomes quando estabelece a importância da escola para difundir esse debate, encorajando as(os) professoras(es) a não silenciarem diante dos preconceitos e discriminações raciais, cumprindo seu papel de educadoras(es), mas adotando estratégias pedagógicas que fomentem a igualdade racial no âmbito escolar.

A educação é um instrumento importante para discutir a diversidade e conscientizar discentes, é uma tarefa difícil, porém não é impossível e através dela unindo forças, acredito sermos capazes de suscitar ações efetivas de combate ao racismo e discriminação que acometem a população negra na escola que conseqüentemente será refletido na sociedade.

## **A DOR E A DELÍCIA DE SER O QUE É: sexualidade e gênero**

De acordo com Guacira Lopes Louro (2011), o conceito de gênero é oriundo de necessidade salientar as características sociais que diferenciam as experiências vivenciadas entre os sexos de modo que as designações instituídas para cada um são medidas a partir das características físicas ou biológica dos corpos, promovendo assim um processo de hierarquização de uma parte sob a outra tornando o gênero uma ferramenta de poder. Já a sexualidade é socialmente construída de modo que o sujeito aprende a ser heterossexual, homossexual ou bissexual através das circunstâncias culturais, desassociando assim a heterossexualidade da definição biológica.

Segundo Louro (2011), desde que nascemos aprendemos a ser um indivíduo do gênero masculino ou feminino, e conseqüentemente aprendemos comportamentos referentes à sexualidade, seja ela heterossexual, homossexual, bissexual ou outra, a autora denomina esta aprendizagem social como “pedagogia cultural”, disseminada pela escola, mídia, bem como vários meios de comunicação que são os principais meio de socialização de informação.

As atribuições feitas aos gêneros têm marcas da relação de poder diretamente ligada à hierarquia e a subordinação, o que origina a ideia de diferença, marginalizando então grande parte dos indivíduos que não atendem a norma padrão do comportamento socialmente aceito como ideal para cada gênero.

Fui uma criança que não se encaixava no “padrão”, meu comportamento considerado inapropriado gerava comentários não só entre os colegas, mas infelizmente também entre as professoras, pois sempre sentei de pernas mais abertas e minhas vestes consideradas não femininas causavam estranhamento.

O fardamento escolar de minha escola era composto por camisa branca com o logotipo da escola, acompanhado de *short saia* para meninas e calça para os meninos, ambos na cor azul, era permitido, também, o uso de bermuda na altura dos joelhos ou calça na cor preta ou jeans. O espaço escolar reafirma o lugar de gênero através do fardamento, direcionando até mesmo aqueles considerados “desviados” a adotar comportamentos correspondentes ao sexo que possuem.

Em geral minha mãe sempre escolhia minhas roupas de acordo com o que no seu entendimento não era considerado vulgar, a maioria das crianças usava bermuda ou calça *jeans*, inclusive eu, porém as roupas designadas para o sexo feminino possuem um corte diferente, costumando ser mais justo em função da suposta ideia de valorização do corpo

feminino, mas sempre gostei de roupas mais largas, priorizando sempre o conforto. Por isso preferia o modelo unissex e por conta disso logo me tornei alvo de zombarias, pois as outras crianças diziam que eu estava vestindo roupa de menino. Neste caso, em especial, não houve nenhuma intervenção realizada pela professora para desmistificar a lógica binária em relação às vestes.

A escola não enfrenta as violências, com o tempo passei a adotar algumas ações na tentativa de proteger-me dos ataques, de modo que estava sempre fugindo dos olhares críticos e buscando me encaixar nos padrões normativos como uma estratégia de sobrevivência naquele espaço.

A sexualidade se constitui historicamente, sendo percebida como estando submetida ao corpo biológico o qual estabelece os limites das possibilidades sexuais de modo que o sexo é compreendido como um instinto natural que necessita ser saciado a partir disto, sofrendo influência religiosa e das filosofias morais e com o passar do tempo à sexualidade passou a sofrer interferências da medicina, dos reformadores morais e da crítica política.

Jeffrey Weeks apoiado em Michel Foucault (1993 apud Weeks, 2000) traz para o debate os discursos que aprisionam os sujeitos em seus corpos físicos, um destes discursos é o médico que determina a identidade de gênero do sujeito a partir da perspectiva biológica e os discursos Judiciários, Político e Religioso definem o “normal”, desconsiderando todas as possibilidades sexuais que fogem a regra binária. As discussões sobre o sexo e as práticas sexuais já eram historicamente pautadas desde o século XVIII entre médicos e educadores que defendiam que tais assuntos fizessem parte da grade curricular escolar abordando não apenas as questões de higiene, mas possibilitando que as identidades de gênero se revelem sinalizando a sua existência e contrariando as caixinhas binárias da heteronormatividade.

A autora Maria Rita de Assis César (2009) argumenta como todos estes conceitos expressos na sociedade se apresentam no espaço escolar, ou seja, na perspectiva do senso comum que relaciona a homossexualidade como práticas invertidas de comportamento, de modo que um homem *gay* deve necessariamente performar feminilidades e de que uma mulher lésbica não deve preservar seus signos femininos. Estes posicionamentos naturalizam as situações cotidianas de preconceito e discriminação. A educação então é utilizada como elemento disciplinador que opera segundo a perspectiva heteronormativa definindo-a como forma “natural” e universal da sexualidade.

Já Louro (2011) segue afirmando que os sujeitos identificados como diferentes são



marcados por elementos simbólicos, sendo estes materiais e sociais que mascaram a construção do processo de diferenciação, promovendo uma atmosfera de naturalização das diferenças, ocultando as relações de poder que são constituídas em todo o processo.

A educação passa a ser alvo de vigilância, pois historicamente ela é o instrumento disciplinador, de modo que esta deve assumir a perspectiva heteronormativa, naturalizando-a como a sexualidade padrão, ignorando e silenciando todas as outras sexualidades que se constituem ao longo da vida, assim, diz Louro, a escola assume então o papel de normalizadora.

No período escolar se iniciaram os conflitos pessoais de modo que começo a perceber-me “diferente”, nunca fui de ter muitos amigos no espaço escolar, pois as meninas gostavam de coisas pelas quais nunca me interessei. Elas gostavam de brincar de boneca, a maioria tinha um *kit* de maquiagem infantil e outras coisas socialmente consideradas brinquedos de meninas, preferia brincar com bola de gude, pega-pega, carrinho de rolimã, isto é, brincadeiras consideradas apropriadas para os meninos. Importante dizer que essa separação entre as brincadeiras fomenta a assimetria entre os gêneros.

Como eu não era considerada uma boa companhia pelas meninas da escola e também não era tão fácil brincar com os meninos acabava por ficar sozinha. As professoras se faziam indiferentes diante dos acontecimentos e como o debate sobre diversidade sexual na escola era proibido, minha singularidade e de outras crianças que faziam parte daquele espaço foi invisibilizada.

Os ataques lesbofóbicos se apresentaram, então, por todo o espaço escolar, nos corredores, banheiros e, inclusive, na sala de aula, fossem através de insultos verbais ou até mesmo insinuados nos livros didáticos. O ambiente escolar deixa de ser um espaço de socialização e acolhimento e torna-se um espaço de agressão, do qual fui vitimada, pois recebia apelidos que transitavam entre insultos e xingamentos e atribuíam-me uma sexualidade que, até o momento, não havia aflorado, muito menos fora vivenciada.

Como uma suposta tentativa de “incluir” os sujeitos com sexualidades dissidentes, as instituições educacionais fazem uso de datas comemorativas para promover o reconhecimento dos indivíduos marginalizados, sendo estes as mulheres, negras(os), LGBTs e toda diversidade sociais que de alguma forma contraria a regra socialmente instituída. Louro (2011, p. 68) afirma que “Aparentemente se promove uma inversão, trazendo o marginalizado para o foco das atenções, mas o caráter excepcional desse momento

pedagógico reforça mais uma vez, sua representação como diferente e estranho”. Este movimento fortalece a lógica separatista supondo que as identidades e práticas são construídas de forma autônoma quando na verdade estas são interdependentes.

Assumir que as identidades de gênero se multiplicaram e que os sujeitos misturam em seus corpos signos socialmente definidos como femininos ou masculinos, rompendo com as fronteiras binárias parece ser uma tarefa, portanto, um tanto quanto complicada para as educadoras(es), porém o enquadramento desses corpos como estranhos precisa ser extinto para que as diferentes identidades de gênero e sexual possam se apresentar com naturalidade. Segundo Louro (2011), todas as formas de viver a sexualidade são culturais, logo se historicamente a sociedade tem aprendido a atacar as diferenças é totalmente possível que esta aprenda então a respeitá-las, promovendo assim uma sociedade mais igualitária.

Através do direito ao lugar de fala os “marginalizados” poderão falar de si segundo suas próprias perspectivas, deixando então o lugar do outro e incomodando a ordem social considerada como referência central.

As autoras Edileuza de Souza e Ariane Meireles (2018) evidenciam a importância de um tratamento interseccional para referir-se a lésbicas, negras, masculinizadas e pobres, perfil das entrevistadas em sua pesquisa. Todos estes marcadores estão reunidos em uma das diversas possibilidades do ser mulher, sem perder de vista que a intersecção entre os aspectos que marcam as experiências de formas distintas entre as classes e raça. A cultura ocidental segue uma perspectiva separatista considerando existir superioridade de uma parcela da população sobre a outra entendida como inferior por carregar características diferentes.

Segundo Souza e Meireles (2018) a junção das práticas racistas, sexistas e lesbofóbicas ampliam a desigualdade o que demanda um posicionamento social e político que se fortalece através da composição de grupos de participantes com ideias e desejos semelhantes. As autoras atentam-se ainda em sinalizar o posicionamento da escola no processo de construção histórica e emocional da população negra, sobretudo das crianças, adolescentes e jovens que acontece em sua grande parte no âmbito escolar, mas esta por sua vez compartilha um modelo de êxito pautada na figura da pessoa branca, heterossexual, classe media/alta, sendo que todas(os) que se afastem deste perfil são ignorados pela escola. Souza e Meireles (2018, p. 73) salientam sobre a “[...] a urgente necessidade de se construir uma escola e uma sociedade mais justa, igualitárias e fraternas”.

A soberania machista e o distanciamento entre as práticas e comportamentos que são

ensinados na escola como correto não compactuam com a realidade da infância e da juventude feminina negra e acaba por inibir o reconhecimento de suas identidades. A falta de representatividade propicia a formação de uma geração que se envergonha de suas raízes raciais e orientação sexual, estando então frágeis para enfrentar as situações preconceituosas.

Precisamos fortalecer nossas bases e a representatividade é um ótimo estímulo, Souza e Meireles (2018, p. 77) afirmam que: “Mulheres negras dispostas aos enfrentamentos cotidianos para realizar conquistas. Mulheres negras que perceberam a importância de contar com seus pares para seguir em frente. Mulheres negras que se tornaram referências para tantas outras”. Assim, colocamos em prática o projeto de uma sobe e puxa a outra<sup>2</sup>, as histórias de lutas que advém desde as nossas ancestrais, que foram vitoriosas também precisam ser reconhecidas, afinal elas foram fundamentais para garantia dos atuais direitos das mulheres de modo geral sem realizar distinção por Raça, Gênero ou Sexualidade.

A ausência de respeito às diferenças pode afetar negativamente a vida do sujeito que se opõe aos padrões heteronormativos, a curto ou longo prazo, pois a evasão, expulsões e abandono da trajetória escolar dificulta a disputa por condições melhores de trabalho e melhor qualidade de vida, uma vez que a orientação sexual provoca desconfianças sobre a performance profissional, mantendo ativo o processo de subalternidade da população que não segue as imposições sociais normativas da heterossexualidade.

Com o fim do regime militar e o firmamento da democracia a sociedade brasileira demonstrava-se inapta para proceder com a diversidade étnico-racial, de gênero e sexual, todas estas foram silenciadas no período da ditadura, mas com o advento da democracia ganharam força para reivindicar reconhecimento e aprovação.

Segundo Miskolci (2013), faz-se necessário uma educação pela diferença que se propõe dialogar com os sujeitos desqualificados no processo educacional bem como em outras vivências sociais de modo que este diálogo torne-se a própria educação, modificando a função atribuída à escola, que historicamente opera um sistema de normalização coletiva, estabelecendo através da imposição o comportamento considerado ideal que não se apresenta nos documentos oficiais. Este está implícito na estrutura do aprendizado, nas relações

---

<sup>2</sup> A expressão “uma sobe e puxa a outra” faz referência a união entre as mulheres em busca dos seus direitos de seus direitos salariais, a não reprodução de frases e ações machistas, valorizando o trabalho de outras mulheres para todas tenham seu espaço no mundo, unidas por uma causa em comum e movidas pelo sentimento de empatia para alcançar maior representatividade em todos os setores sociais.

interpessoais bem como na organização arquitetônica sendo esta uma tecnologia de construção de gênero que nos obriga a uma constante recordação da nossa sexualidade, seguindo uma perspectiva do binário masculino e feminino.

Miskolci (2013, p. 42) salienta que “A sexualidade envolve desejo, afeto, auto compreensão e até a imagem que os outros têm de nós. A sexualidade tende a ser vista, por cada um de nós, como nossa própria intimidade, a parte mais reservada, às vezes secreta de nosso eu”. Portanto, a sociedade faz uso da sexualidade como um instrumento de normalização social. Por isso a importância de teorias que contribuam com a educação de modo a estabelecer uma relação com os sujeitos que se distanciam da categoria social dos tidos como normais, na tentativa de contribuir para a reivindicação de seus direitos, raciais, de gênero e referentes à sexualidade.

Visto que a violência contra os indivíduos considerados impuros ou que realizam alteração comportamental por meio do deslocamento do gênero se origina da ideia de que o contato com esses causa contaminação, de modo que a sociedade recusa estes sujeitos na tentativa de não se contaminar por uma identidade de gênero diferente ou desejo que contrarie o padrão heteronormativo, colocando todos os sujeitos que se distanciam do padrão heterossexual como portadores de uma patologia. Diante disto, todas as pessoas que mantêm relações que se opõe a regra heteronormativa são violentadas, invisibilizadas e não legitimadas socialmente.

Infelizmente toda a educação fundamenta-se na perspectiva heterossexista, a qual discrimina toda orientação sexual que se opõe à heterossexualidade. Miskolci (2013) enfatiza a importância de uma sensibilidade para identificar as diferenças na educação que se apresenta de maneira indireta no âmbito da sala de aula, mas que é silenciada pelo currículo de forma a qual não é expresso em textos, mas faz parte da estrutura da aprendizagem e das relações sociais. Este silenciamento segue sendo reforçado através do material didático, e em discussões propostas pela mídia que direciona as atenções para os que fogem a regra, exemplificando-os como modelos a não serem seguidos.

Faz-se necessário ainda analisar criticamente as abordagens pedagógicas sobre gênero e sexualidade que se apresentam atreladas ao contexto da saúde pública, evidenciando sempre o lado negativo das relações sexuais ao tratar apenas sobre as Doenças Sexualmente Transmissíveis - DSTs, sem abordar questões de respeito à diversidade. É fundamental para que a(o) docente equilibre a oferta de informações proporcionando o debate sobre outros

temas não reproduzindo a imposição dos padrões morais, exercendo um trabalho que esteja para além da tolerância e inclusão dos tidos como “anormais”, mas que insira a valorização e o reconhecimento do outro como parte do todo, reavaliando as práticas educacionais para que possamos aprender com as diferenças.

## **CONCLUSÃO**

Pode-se afirmar que a formação é deficiente no que se refere às questões de Gênero e Sexualidade, é necessário abordagem efetiva destas temáticas na formação inicial de professoras(es) para que no exercício de suas funções docentes esta(e) profissional possa desenvolver um trabalho de respeito com crianças e jovens que fazem parte da comunidade escolar e sejam dissidentes aos padrões heteronormativos.

Portanto, é imprescindível que a formação inicial contemple de forma eficiente os temas sobre Raça, Gênero e Sexualidade, de modo que os profissionais estejam aptos a perceber, qualificar e combater efetivamente as situações de conflitos e discriminação que ocorram no momento de sua atuação profissional.

A escola deve contribuir para que as(os) alunas(os) não silenciem os acontecimentos de discriminação e preconceitos sofridos, mesmos que estes retratem situações tristes, de modo que sejam acolhidos por ações efetivas de combate por parte dos profissionais de educação. Assim, o ambiente escolar torna-se, então, o lugar de legitimação dos conhecimentos e das ideias, mas para que isso aconteça Raça, Gênero e Sexualidade devem constar no currículo tanto da escola quanto da formação inicial de professoras(es).

## **REFERÊNCIAS**

CAVALLEIRO, Eliane. Educação antirracista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: CAVALLEIRO, Eliane dos Santos (Org.). Racismo e antirracismo na educação. Repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001, p. 141-160.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Escolarização da Sexualidade: Apontamentos para uma reflexão. Cadernos Temáticos- Sexualidade, da SEED-PR. (PARANÁ, 2009).

EVARISTO, Conceição. Gênero e Etnia: Uma escre(vivência) de dupla face. Mulheres no Mundo- Etnia, marginalidade e Diáspora, João Pessoa, UFPB, Idéia/Editora Universitária, 2005.

GOMES, Nilma Lino. Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate sobre Relações Raciais no Brasil: Uma Breve Discussão. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005, p. 39-62.

LOURO, Guacira Lopes. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente, Belo Horizonte, v.03, n. 04, p.62-70, Jan/Jul, 2011.

MIRANDA, Amanaiara Conceição de Santana de. Gênero/Sexualidade/diversidade sexual no âmbito da educação infantil. Dossiê- Narrativas e Materialidades em Formas Expressivas das culturas Populares, Cronos: R. Pós Grad. Ci. Soc. UFRN, Natal, v. 15, n. 2, p. 185-200, Jul/Dez, 2014.

MISKOLCI, Richard. Estranhando a Educação. In Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças/ Richard Miskolci. - 2. ed. rev. e ampl., 1. reimp. –Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2013.–(Série Cadernos da Diversidade; 6).

RIO DE JANEIRO. Governo do Estado. A África na escola: relatório do I Fórum estadual sobre o ensino da história das civilizações africanas na escola pública. Rio de Janeiro, 1991, p. 5-26.

SOUZA, Edileuza Penha de. MEIRELES, Ariane Celestino. Aqaltune, Constância e Zacimba-diálogos com Lésbicas Negras, Masculinizadas e Pobres. Caderno Espaço Feminino, Uberlândia, MG, v. 31, n.1, Jan/jun 2018.

WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a Sexualidade, in “O Corpo Educado”. Editora Autêntica, Belo Horizonte, 2000.